

Associação Brasileira de Antropologia - ABA

Presidente: Maria Filomena Gregori

Relatório de Atividades do Comitê Quilombos (2019–2020)

Integrantes do Comitê:

Coordenadora: Ana Paula Comin Carvalho (UFRB)

Vice-coordenador/a: Raquel Mombelli (UFSC) e Sandro José da Silva (UFES)

Consultores: Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA-UEA/UFAM), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Ilka Boaventura Leite (UFSC) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA), Aderval Costa Filho (UFMG), Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (UnB), Cíntia Beatriz Muller (UFBA), Cynthia Carvalho Martins (UEMA), Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Ricardo Cid Fernandes (UFPR), Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Prezada Presidente da ABA,

Vimos pelo presente relatório apresentar resumo das atividades realizadas pelo Comitê Quilombos da ABA ao longo dos anos de 2019 e 2020.

Nesse período vivenciamos no Brasil uma conjuntura hostil para as comunidades quilombolas, com a configuração de estruturas de governo opositoras ao desenvolvimento de políticas públicas, aumento da violência contra os povos tradicionais e de avanço da legislação para exploração dos territórios pelo mercado.

Pela Medida Provisória nº 870/2019, editada nos primeiros dias de governo Bolsonaro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela titulação dos territórios, foi transferido da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa). Tanto o mais alto cargo da pasta quanto a secretaria responsável pela titulação passaram ao comando de expoentes vinculados ao agronegócio e opositores à política de titulação quilombola: a ministra de Tereza Cristina (PSL) e o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Nabhan Garcia, respectivamente. O orçamento do governo federal para a titulação de

territórios quilombolas em 2019 totalizou a cifra de R\$ 3.423.082,00. O valor representou aproximadamente 13% da demanda de recursos para viabilizar as desapropriações em 17 comunidades quilombolas.

Representantes do governo brasileiro presentes na audiência do 171º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizada em 13 de fevereiro de 2019, em Sucre, Bolívia, não responderam aos questionamentos dos comissários e das organizações sociais peticionárias da agenda sobre as crescentes violações sofridas por comunidades quilombolas brasileiras e nem mesmo enviaram representantes do INCRA e da Fundação Cultural Palmares para apresentar propostas ou plano para acelerar os processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Os problemas territoriais que afetam diretamente os quilombolas de todos os cantos do país agravaram-se durante a pandemia de COVID-19. A ausência de normativas que asseguram a não realização de despejos e remoções durante esse período tem acentuado a vulnerabilidade das comunidades quilombolas. Até o momento não foram formuladas e implementadas medidas pelo Estado de proibição de despejos durante o período da pandemia.

Uma construção coletiva que reuniu advogadas e advogados quilombolas de diferentes organizações de direitos humanos, e entidades da sociedade civil resultou na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742 que atualmente tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Marco Aurélio Mello. A peça jurídica aborda diversas violações aos direitos dos quilombolas, entre elas a falta de assistência médica e o acesso a materiais preventivos contra a COVID-19, a falta de soberania alimentar e as tentativas de despejo em plena pandemia. Protocolada em 09 de setembro, o ministro relator despachou a ação para julgamento pelo colegiado.

Um mês depois esse mesmo conjunto de organizações e entidades, representadas pela CONAQ e Terra de Direitos apresentou numa audiência virtual da Comissão Interamericana de Direitos a denúncia de que o direito à consulta prévia, livre e informada dos povos vem sendo sistematicamente violado pelo Estado brasileiro, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Casos como o da Base de Lançamento Espacial que pode resultar no despejo de até 800 famílias quilombolas e a retomada das obras de duplicação da BR

135, ambos no Maranhão, são exemplos emblemáticos das violações provocadas pelo governo federal.

Nesse período de dois anos temos colaborado com outros comitês da ABA (de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Assuntos Indígenas) na elaboração de notas e atividades.

EVENTOS CIENTÍFICOS:

As atividades do Comitê se concentraram na realização de GTs, Mesas Redondas, e painéis em reuniões científicas, com participação significativa de antropólogos, elencadas a seguir. É importante ressaltar que houve diversas participações em eventos científicos de antropólogos e antropólogas integrantes do nosso Comitê, como propostas independentes, as quais divulgamos e estimulamos, mas que podem não estar elencadas aqui.

Participação de Cynthia Carvalho Martins na **reunião da CONAQ** em Brasília, 18 de março 2019.

XII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, 2019. Participação de Ana Paula Comin de Carvalho com apresentação do trabalho: Os antropólogos e a identificação de terras quilombolas no Brasil (1997-2015). 2019.

VI Reunião Equatorial de Antropologia. Violação de direitos, lutas e autoafirmação de comunidades remanescentes de quilombos. Salvador. 2019.

GT 41: Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistência e desafios antropológicos. Coordenação: Ana Paula Comin de Carvalho e Raquel Mombelli. Participação de Osvaldo Martins de Oliveira, Aderval Costa Filho, Cynthia Carvalho Martins, Emmanuel de Almeida Faria Júnior e Cintia Beatriz Muller com apresentação de trabalhos e debate.

Mesa Redonda: “Processos Contemporâneos de autoafirmação identitária, luta por territórios, obras, empreendimentos e desastres: violação de direitos”. Aderval Costa Filho, Ana Paula Comin de Carvalho, Cynthia Carvalho Martins e Osvaldo Martins de Oliveira.

32º Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro)Local: on line, 2020.

GT 72 - Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos. Coordenadoras: Raquel Mombelli e Cintia Beatriz Muller. Apresentação de trabalhos das coordenadoras, Ana Paula Comin de Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira, Sandro José da Silva, Cynthia Carvalho Martins, Emmanuel de Almeida Faria Júnior.

MR 032. Quilombos Contemporâneos: sobreposições territoriais e retrocessos socioambientais. Coordenador(es): Raquel Mombelli (UFSC). Participante(s): Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA); Emmanuel de Almeida Farias Júnior (UEMA); Cintia Beatriz Muller (UFBA) e Aderval Costa Filho (UFMG).

Simpósio Especial Quilombos: das ameaças às garantias dos direitos territoriais e socioculturais. Ana Paula Comin de Carvalho (Coordenador/a); Osvaldo Martins de Oliveira (Coordenador/a); Alfredo Wagner Berno de Almeida (Participante); Cynthia Carvalho Martins (Participante) e Eliane Cantarino O'dwyer (Participante).

Roda de Conversa “Comunidades Remanescentes de Quilombos: direitos territoriais e socioculturais “Análise de Conjuntura Atual” Alfredo Wagner, José Maurício Arruti, Cynthia Carvalho Martins

Participação de Cynthia Carvalho Martins no GT 22 – Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Coordenado por Alfredo Wagner e Patrícia Portela. Trabalho apresentado: A Afirmação Identitária de quilombolas e os conflitos étnicos.

Participação de Sandro José da Silva na **Audiência Comissão de Cidadania e Direitos Humanos Assembleia Legislativa do Espírito Santo – 22/12/2020:** Tema Regularização fundiária dos territórios quilombolas no Espírito Santo.

NOTAS TÉCNICAS, MOÇÕES, MANIFESTAÇÕES E OFÍCIOS:

Em abril de 2019 elaboramos uma nota em repúdio a violação dos direitos constitucionais das comunidades quilombolas de Alcântara e apoio a

regularização de seus territórios como previsto em lei que foi publicada no site da ABA.

Em julho de 2019 elaboramos uma nota em repúdio aos atos de violência de que têm sido vítimas as famílias da Comunidade Quilombola de Quingoma, localizada em Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador, estado da Bahia que foi publicada no site da ABA.

Em agosto de 2019 elaboramos resposta ao Ofício n.12/22019 – DPU/GTPE DPGU, referente ao processo n. 08132.000215/2017-93 – Ação de destituição familiar de Maria das Graças – Comunidade quilombola de Santa Cruz Toca- SC.

Elaboramos nota para o MPF com o objetivo de apurar responsabilidades em face do asfaltamento da estrada Conceição da Barra-Itaúnas considerando os direitos das comunidades quilombolas de Linharinho e Angelim. 2019.

Em novembro de 2019, endossamos nota conjunta da Comissão de Assuntos Indígenas; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e Comitê Quilombos sobre preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais a serem afetados pelo Programa Barão do Rio Branco (PBRB), planejado para ser implantado no Norte do estado do Pará, na região referida como Calha Norte. Além de publicada no site da ABA, a nota foi encaminhada aos seguintes órgãos: Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJ, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério de Minas e Energia – MME, Ministério Público Federal – MPF, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) – PGR/MPF, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Neste mesmo mês endossamos nota conjunta da Comissão de Assuntos Indígenas; Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; e Comitê Quilombos de manifestação de extrema preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais a serem afetados pelo Projeto da Central Nuclear do Nordeste, elaborado pela Eletrobrás/Eletronuclear e planejado para ser implantado nas margens do Rio

São Francisco, no município de Itacuruba, Sertão de Itaparica, Pernambuco. A nota foi publicada no site da ABA.

Em dezembro de 2019 elaboramos notas sobre os assassinatos de seu Vermelho, da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, Simões Filho, Bahia, e Elitânia Souza da Hora, da Comunidade Quilombola Tabuleiro da Vitória, Cachoeira, Bahia; publicadas no site da ABA.

Nesse mesmo mês endossamos nota conjunta contra a manifestação do Ouvidor Geral do Ministério Público Estadual do Pará, elaborada pelos Comitês Quilombos, Laudos Antropológicos e Assuntos Indígenas e publicada no site da ABA.

Ainda nesse mês endossamos a carta elaborada pela Sociedade de Botânica do Brasil que solicita a revogação do Decreto Nº 10.084, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, que trata do cultivo da cana de açúcar na Amazônia.

Em abril de 2020, endossamos Ofício da ABA ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a respeito do perigo representado pelas reiteradas invasões de madeireiros, garimpeiros e caçadores irregulares em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, e solicitação de informações sobre a atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) neste contexto.

Em maio de 2020, elaboramos notas de:

- a) Repúdio ao início das obras da BR 135, entre os municípios de Bacabeira e Miranda do Norte, no estado do Maranhão, sem realização de consulta prévia as dezenas de comunidades quilombolas atingidas, conforme compromisso assumido anteriormente pelo governo federal, e em plena pandemia do Covid - 19.
- b) Repúdio a aprovação da Medida Provisória n. 910, de 10 de dezembro de 2019, e solicitação de sua impugnação pelos deputados federais, uma vez que a mesma pode incentivar as ações de invasores nas terras de comunidades tradicionais, dentre elas, as quilombolas.
- c) Repúdio a omissão e pedido de providências as autoridades competentes em relação a barragem existente no interior do território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filho, estado da Bahia.

d) Pesar pelo assassinato de Antônio Corrêa dos Santos, agricultor familiar e liderança da comunidade Quilombola do Barroso, município de Camamu, Baixo Sul da Bahia.

Todas as notas foram publicadas no site da ABA.

Em setembro de 2020 elaboramos nota de apoio ao IPEAFRO e de respeito a memória de Abdias Nascimento.

Em novembro de 2020 elaboramos uma moção contra o desmonte das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, omissões e violações de direitos no contexto pandêmico. A mesma foi enviada pela ABA à Presidência da República; ao Supremo Tribunal Federal; ao Superior Tribunal de Justiça; à Procuradoria Geral da República; à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

SITUAÇÕES EM ANDAMENTO:

1-Organização de e-book da ABA e dossiês para periódicos. Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira e Ana Paula Comin de Carvalho estão à frente da comissão para o desenvolvimento dessas atividades. Alguns capítulos do livro já foram reunidos, mas para incluir os efeitos sociais da pandemia lançaremos nova chamada.

2-Projeto sobre os efeitos sociais da pandemia em comunidades quilombolas e outras populações tradicionais. Cynthia Martins, Emmanuel de Almeida Faria Júnior e Ana Paula Comin de Carvalho estão à frente da comissão para o desenvolvimento dessa atividade. Contatos com os Comitês de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos; Assuntos Indígenas, Antropólogos (as) Negros (as) e Antropólogos Indígenas já foram realizados para envolvê-los no desenvolvimento dessa atividade.

3- Relatório para embasar denúncia internacional sobre a violação de direitos das comunidades quilombolas. Cintia Beatriz Muller, Raquel Mombelli e Aderval Costa Filho estão à frente da comissão para o desenvolvimento dessa atividade. Contatos com a CONAQ e com Terra de Direitos estão sendo realizados para definir se nos somaremos a denúncias já realizadas por essas organizações ou se subsidiaremos uma nova.

PROPOSTAS E DESAFIOS PARA O BIÊNIO 2021-2022

1) Publicação de um livro reunindo artigos relativos às situações dos quilombos, incluindo aspectos relacionados às medidas restritivas de direitos, situações conflituosas e o atual contexto face à Covid 19. As reflexões poderão subsidiar a redação de uma Carta Denúncia a ser encaminhada para organismos internacionais.

2) Finalizar a migração dos dados sobre quilombos para a web da ABA para construção do link **ACERVO QUILOMBOS/ABA**, contendo dados sobre as comunidades quilombolas no Brasil, identificando a etapa do reconhecimento territorial, principais especificidades, e violação de direitos humanos. O link abrigará as informações a serem levantadas em relação à situação dos recentes atos de estado homologados em plena pandemia Covid 19. Outrossim, incluirá os dados já sistematizados no Catálogo de Fontes Documentais e Arquivísticas sobre Comunidades no Brasil, publicado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Esse documento cataloga os atos do Congresso Nacional; as proposições Legislativas; os discursos proferidos no âmbito da Câmara dos Deputados e Senado Federal; as agências governamentais e suas ações; os documentos do judiciário e do Ministério Público Federal.

3) Estimular a formação teórica dos antropólogos através de disciplinas curriculares nos cursos universitários, minicursos e oficinas que articulem conteúdos relacionados: a) contextualização do assunto; b) trabalho de campo etnográfico; c) perícia antropológica e ética; d) teorias antropológicas; e) metodologias de pesquisa compatíveis aos relatórios sócio-antropológicos. Cabe salientar que esta ação não enseja custos pela ABA, tendo em vista tratar-se de estímulo e apoio (organização/divulgação) a eventos realizados pelos membros do Comitê nas suas respectivas Instituições e Núcleos de Pesquisa.

4) Elaborar e executar o Projeto de Formação de Lideranças com a CONAQ. Esse projeto começou a ser acordado entre a coordenação do Comitê Quilombos/ABA, CONAQ e Fundação Ford. Trata-se de formação para lideranças com ênfase em jovens e mulheres. Além da CONAQ e suas subsidiárias estaduais, sugere-se incluir as próprias famílias quilombolas e outras entidades de apoio às comunidades dos quilombos, visando ampliar a

formação sobre os direitos culturais e territoriais de comunidades quilombolas e sobre os desafios à implementação desses direitos a outros profissionais, tais como defensores públicos, promotores, procuradores e operadores do direito em geral, associações e instituições públicas, ONG's e movimentos sociais. Esta ação provavelmente demandará celebração de Termo Aditivo ao Convênio com a Fundação Ford, visando realização das reuniões preparatórias, oficinas de formação, bem como avaliação.

5) Criar espaços de debates e proposições para o fortalecimento a autonomia do exercício antropológico e de legitimidade dos estudos que fundamentam os processos administrativos e jurídicos referentes aos direitos territoriais das comunidades tradicionais; monitorar os processos de criminalização e ataques aos colegas indiciados promovidos pela CPI FUNAI INCRA. Estimular debates sobre o tema Perícia Antropológica através da promoção de seminários, oficinas, palestras, etc;

6) Solicitar a liberação dos direitos de publicação de laudos e relatórios produzidos para instituições públicas e privadas, desvinculando-os exclusivamente dos processos e propiciando que o seu conteúdo alcance o domínio público. Esta ação demandará também constituição de comissão editorial especializada na temática, e resultará na implementação do link "Laudos" do item "Bibliotecas" do portal da Associação Brasileira de Antropologia. Proposição e criação de uma linha editorial da ABA que propicie a divulgação dos melhores laudos e relatórios realizados no Brasil, escolhidos através da comissão editorial supracitada, divulgado através do ACERVO QUILOMBOS ABA.

7) Retomar as negociações com o BNDES, para aplicação dos recursos do "Fundo Amazônia" para elaboração de Relatórios Antropológicos e implementação de projetos de formação, visando contribuir para uma maior celeridade aos processos de regularização fundiária, sob o abrigo do Termo de Cooperação ABA/INCRA. A participação da ABA poderia se dar na constituição de rede de antropólogos para elaboração dos referidos relatórios, realização de cursos de capacitação para os mesmos, assessoria aos mesmos na elaboração dos relatórios, avaliação processual, elaboração de notas técnicas avaliativas e propositivas visando aprimoramento dos produtos finais, avaliação final do projeto. Quanto aos processos formativos, os recursos poderiam contribuir para

um maior entendimento dos marcos, etapas e procedimento legais e teórico-metodológicos de regularização fundiária, suprimindo necessidades de capacitação de lideranças, organizações representativas e de apoio e estabelecendo condições propícias à realização dos trabalhos técnicos nas comunidades/territórios contemplados.

8) Dar continuidade ao diálogo da ABA com o Ministério Público Federal e o Superior Tribunal Federal através de renovação do convênio, trocas de informações e documentos públicos, assim como a proposições de parceria de eventos relacionados ao tema da autonomia científica, criminalização dos movimentos sociais, desmonte das políticas públicas e combate aos retrocessos quanto à efetividade de direitos territoriais quilombolas.

9) Divulgar permanentemente a Campanha pela titulação dos territórios dos quilombos, com ampla divulgação aos associados, Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Departamentos e associações científicas, inclusive com solicitação de adesão dos mesmos.

10) Divulgar editais e chamadas e solicitar proposição de ações de eventos, pesquisa e extensão pelos membros do Comitê Quilombos, pulverizando assim as ações do mesmo por meio dos projetos de seus integrantes em diferentes estados do Brasil, com o apoio da ABA/Comitê (organização/divulgação), capitaneando ações desenvolvidas pelos membros durante a gestão.

11) Articular politicamente para que a questão quilombola seja incluída nos debates da Comissão da Verdade.

12) Propor ao MPF 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais a organização de eventos para promoção do debate sobre o tema **Aplicação do ECA e comunidades quilombolas**;

13) Ampliar a rede de relações com os pesquisadores com dedicação a situação quilombola de modo a criar um incorporá-los nos debates relativos à questão;

14) Realização de lives com agentes sociais das próprias comunidades afetadas por ações institucionais e privadas. Estamos programando uma live por bimestre. A primeira a ser realizada em fevereiro de 2021 pretende trazer para discussão sobre as situações de remoção de famílias, reintegrações de posses e intrusão de territórios quilombolas em plena pandemia. As situações sociais a serem abordadas nessa primeira live são as seguintes: Situação dos quilombolas de

Alcântara afetados pela implantação do Centro e Lançamento de Alcântara; a situação da ampliação da BR 135 e a intrusão dos territórios quilombolas; o quilombo Lemos e os atos de estado e a situação de Matões, quilombo do Maranhão que vem sofrendo ameaças de expulsão de suas terras.

Considerações Finais:

As ações previstas pela atuação do Comitê quilombos visaram dar consecução aos objetivos propostos pela ABA. Diante da atual conjuntura de retrocessos de direitos e desmonte das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas e de desmonte das universidades, acreditamos ser de máxima urgência a retomada das articulações e o fortalecimento das relações de pesquisa e de atuação com o MPF, DPU para fortalecimento do diálogo interinstitucional, de forma a combater os retrocessos ocorridos tanto no que diz respeito aos direitos quilombolas quanto à atuação dos profissionais em antropologia. Tal esforço será assegurado com o envolvimento direto da Diretoria da ABA, dos seus Conselhos, Comissões e Comitês envolvidos, sobretudo das Assessorias Especiais de Apoio à Presidência (Laudos Periciais e Assessoria sobre Meio Ambiente).

Para finalizar, informo à presidência da ABA que na última reunião do Comitê Quilombos realizada no decorrer, a coordenação do Comitê para o biênio 2021-2022 ficou composta como segue: Coordenadora – Cynthia Carvalho Martins (UEMA) e como vice -coordenadora e Raquel Mombelli (UFSC). Houve ainda a aprovação de inclusão de Davi Pereira Júnior (UT AUSTIN) e Mariana Balen Fernandes (UFRB).

Cordialmente,

Ana Paula Comin de Carvalho

Raquel Mombelli

Sandro José da Silva